

1

O MEIO GEOGRÁFICO

EM CONJUNTO, o Brasil se apresenta em compacta massa territorial, limitada a leste por uma linha costeira extremamente regular, sem sinuosidades acentuadas nem endentações, e por isso, em geral, desfavorável à aproximação humana e utilização nas comunicações marítimas; e a oeste, por territórios agrestes, de penetração e ocupação difíceis (e por isso, até hoje ainda, muito pouco habitados), estendidos ao longo das fraldas da cordilheira dos Andes, e barrando assim as ligações com o litoral Pacífico do continente. O Brasil, embora ocupe longitudinalmente a maior parte do território sul-americano, volta-se inteiramente para o Atlântico.

Passemos rapidamente em revista este cenário geográfico imenso (mais de 8 1/2 milhões de km²) onde se desenrola a história econômica que vamos analisar. Sua primeira unidade regional, e historicamente a mais importante, é constituída pela longa faixa costeira que borda o Oceano. De largura variável, mas não excedendo nunca algumas dezenas de quilômetros de profundidade (além dos quais o meio geográfico já muda de feição), ela conserva apreciável unidade de condições desde o Extremo-Norte até aproximadamente o paralelo de 26°, onde a influência da latitude mais elevada já começa a se fazer sentir no clima, e se refletirá por conseguinte na vida econômica. Esta faixa, embora com variações locais mais ou menos importantes, é em regra formada de terras baixas, submetidas a clima nitidamente tropical, de calores fortes e regulares, e com chuvas abundantes (salvo, quanto a este último elemento, em trecho relativamente curto compreendido entre os paralelos de 2°30' e 6°, que é extremamente sêco.) Seus solos são férteis, e prestam-se admiravelmente por tudo isto à agricultura tropical que efetivamente servirá de base econômica não somente da sua ocupação pelos colonos europeus, mas de ponto de partida e irradiação da colonização de todo o país.

Para trás desta faixa litorânea estendem-se as demais regiões brasileiras. Com uma exceção apenas, o Extremo-Norte, a bacia amazônica, elas se apartam nitidamente, do ponto de vista geográfico, do litoral. Na saliência do Nordeste, grosseiramente entre

os paralelos de 2° e 15°, seguem-no para o interior extensos territorios semi-áridos, imprestáveis em geral para a agricultura corrente. Tal circunstância deteve a expansão do povoamento que se aglomerou nos núcleos litorâneos, ficando o interior quase ao abandono, e apenas ralmente ocupado por dispersas fazendas de gado.

Ao sul do paralelo de 15° outra circunstância geográfica oporá uma barreira à penetração: o relêvo. Acompanhando a faixa costeira estende-se daí para o sul o desnivelamento abrupto da Serra do Mar que forma o rebôrdo oriental de um elevado planalto de altitudes médias oscilando entre 600 e mais de 1.000 metros, e que em vez de inclinar-se para o mar, volta-se para o coração do continente; o que faz com que os rios só excepcionalmente se dirijam para a costa. A maior parte dêles, e sobretudo os de maior volume, correm para o interior em demanda da bacia do rio Paraguai.

As condições para a penetração do território não são portanto aí muito favoráveis. E até hoje constituem sério embaraço oposto às comunicações para além do litoral. Mas ao contrário do interior nordestino, o planalto centro-meridional brasileiro oferece esplêndidas condições naturais para o estabelecimento do homem. Além do clima temperado pela altitude, solos férteis e bem regados por chuvas regulares e um sistema hidrográfico normal — ao contrário do interior nordestino semi-árido, onde a maior parte dos rios é de curso intermitente. Finalmente o planalto brasileiro encerra abundantes recursos minerais. Tudo isto atraiu para êle a colonização, que o procurará desde o início, mas particularmente, em grandes massas humanas, a partir do século XVIII. Êle concentra hoje a maior parcela da população brasileira.

Compreende-se nêle o território de vários dos atuais Estados: a parte ocidental do Rio de Janeiro, Minas Gerais, grande parte de Goiás (a outra pertence mais à bacia amazônica), sul de Mato Grosso, e a maior parcela (com exceção apenas do litoral) dos quatro Estados meridionais: S. Paulo, Paraná, Sta. Catarina e Rio Grande do Sul (1). Ê muito variável na sua paisagem geográfica. Pode ser grosseiramente dividido em três setores: um setentrional, de grande altitude (até mil metros e mais) e relêvo acidentado. Compreende-se aí sobretudo o Estado de Minas Gerais, cujo nome já indica sua função econômica essencial: a mineração, do ouro e dos diamantes no passado, e hoje em dia, principalmente do ferro além de outros minerais. O setor meri-

(1) Em rigor, a parte meridional dêste último fica além do planalto, cujo rebôrdo sul atravessa o Estado, pelo centro, de leste para oeste.

dional do planalto estende-se de S. Paulo para o sul. Desaparecem aí as serranias alcantiladas de Minas Gerais, substituídas por um relêvo mais uniforme e unido que se reveste de uma sucessão de florestas subtropicais (os excessos da latitude são corrigidos pela altitude) e de campos naturais. No lugar daquelas, onde o solo é mais fértil, instalou-se a agricultura, avantajada por um clima privilegiado em que se dão perfeitamente, lado a lado, as mais variadas espécies vegetais, desde as dos trópicos, até as das zonas temperadas. Os campos se aproveitaram para a pecuária.

A parte ocidental do planalto, onde êle descamba para o rio Paraguai (que corre em altitude inferior a 300 m.), forma um setor à parte composto de um conjunto de planícies herbosas e terrenos alagadiços. Localizado em situação de difícil acesso, sem grandes recursos naturais, êste setor esperará até o séc. XIX para ser efetivamente ocupado pela colonização; será a pecuária sua principal e quase única atividade econômica.

Resta-nos, para completar êste rápido esboço da geografia brasileira, o Extremo-Norte. Nesta altura, o interior, ao contrário das outras partes do país, abre-se para o mar pelo delta do Amazonas, desembocadura de um imenso sistema hidrográfico, sem paralelo no mundo, que se estende sôbre uma área de 6.400.000 km.2 (dos quais 3.800.000 em território brasileiro) e é formado de cursos d'água de grande volume, em boa parte perfeitamente navegáveis até por embarcações de vulto. A penetração foi por isso muito fácil. É a isto aliás que a colonização luso-brasileira deveu o domínio sôbre o vasto interior do continente sul-americano que de direito cabia aos hispano-americanos segundo os primeiros acordos ajustados entre as duas corôas ibéricas. Mas êstes últimos, vindos do Ocidente, esbarraram com o obstáculo da cordilheira dos Andes, onde os detiveram aliás as minas de metais preciosos e a abundante mão-de-obra indígena que lá encontraram. Não se opuseram por isso ao avanço de seus concorrentes tão avantajados pela geografia. Mas se os rios amazônicos oferecem esplêndida via de penetração e trânsito, e são assim altamente favoráveis ao homem, doutro lado a floresta equatorial que os envolve, densa e semi-aquática — nas enchentes as águas fluviais alagam extensões consideráveis das margens, — representa grande obstáculo à instalação e progresso humanos. Em particular do europeu, afeiçoado a climas mais frios e desconcertado ante as asperezas da selva bruta. A colonização apenas encetará muito modestamente o ataque da floresta, e se estenderá numa ocupação rala e linear pelas margens dos rios, caminho da penetração, e única via possível de comunicações e transportes até os dias de hoje.

São estas as condições naturais que os colonizadores europeus encontraram no território que formaria o Brasil. Outra circunstância ainda pesará muito nos seus destinos econômicos: a população indígena que o habitava. Ao contrário do México e dos países andinos, não havia no território brasileiro senão ralas populações de nível cultural muito baixo. Não seria grande por isso o serviço que prestariam aos colonos que foram obrigados a se abastecer de mão-de-obra na África. Os indígenas brasileiros não se submeteram com facilidade ao trabalho organizado que deles exigia a colonização; pouco afeitos a ocupações sedentárias (trata-se de povos seminômades, vivendo quase unicamente da caça, pesca e colheita natural), resistiram ou foram dizimados em larga escala pelo desconforto de uma vida tão avêssa a seus hábitos. Outros se defenderam de armas na mão; foram sendo aos poucos eliminados, mas não sem antes embaraçar consideravelmente o progresso da colonização nascente, que em muitos lugares e durante longo tempo teve de avançar lutando e defendendo-se contra uma persistente e ativa agressividade do gentio.

CARÁTER INICIAL E GERAL DA FORMAÇÃO ECONÔMICA BRASILEIRA

PARA SE compreender o caráter da colonização brasileira é preciso recuar no tempo para antes do seu início, e indagar das circunstâncias que a determinaram. A expansão marítima dos países da Europa, depois do séc. XV, expansão de que a descoberta e colonização da América constituem o capítulo que particularmente nos interessa aqui, se origina de simples empresas comerciais levadas a efeito pelos navegadores daqueles países. Deriva do desenvolvimento do comércio continental europeu que até o séc. XIV é quase unicamente terrestre e limitado, por via marítima, a uma mesquinha navegação costeira e de cabotagem. Como se sabe, a grande rota comercial do mundo europeu que sai do esfacelamento do Império do Ocidente é a que liga por terra o Mediterrâneo ao mar do Norte, desde as repúblicas italianas, através dos Alpes, dos cantões suíços, dos grandes empórios do Reno, até o estuário do rio onde estão as cidades flamengas. No séc. XIV, mercê de uma verdadeira revolução na arte de navegar e nos meios de transporte por mar, outra rota ligará aquêles dois pólos do comércio europeu: será a marítima que contorna o continente pelo estreito de Gibraltar. Rota que, subsidiária a princípio, substituirá afinal a primitiva no grande lugar que ela ocupava. O primeiro reflexo desta transformação, a princípio imperceptível, mas que se revelará profunda e revolucionará todo o equilíbrio europeu, foi deslocar a primazia comercial dos territórios centrais do continente, por onde passava a antiga rota, para aquêles que formam a sua fachada oceânica: a Holanda, a Inglaterra, a Normandia, a Bretanha, a península ibérica.

Este novo equilíbrio firma-se desde princípios do séc. XV. Dêle derivará não só todo um novo sistema de relações internas do continente, como, nas suas conseqüências mais afastadas, a expansão européia ultramarina. O primeiro passo estava dado, e a Europa deixará de viver recolhida sôbre si mesma para enfrentar o Oceano. O papel de pioneiro nesta nova etapa caberá aos portugueses, os melhores situados, geográficamente, no extremo

desta península que avança pelo mar. Enquanto os holandeses, ingleses, normandos e bretões se ocupam na via comercial recém-aberta, e que bordeja e envolve pelo mar o ocidente europeu, os portugueses vão mais longe, procurando emprêsas em que não encontrassem concorrentes mais antigos e já instalados, e para que contavam com vantagens geográficas apreciáveis: buscarão a costa ocidental da África, traficando aí com os mouros que dominavam as populações indígenas. Nesta avançada pelo Oceano descobrirão as Ilhas (Cabo Verde, Madeira, Açores), e continuarão perlongando o continente negro para o sul. Tudo isto se passa ainda na primeira metade do séc. XV. Lá por meados dêle, começa a se desenhar um plano mais amplo: atingir o Oriente contornando a África. Seria abrir para seu proveito uma rota que os poria em contacto directo com as opulentas Índias das preciosas especiarias, cujo comércio fazia a riqueza das repúblicas italianas e dos mouros por cujas mãos transitavam até o Mediterrâneo. Não é preciso repetir aqui o que foi o périplo africano, realizado afinal depois de tenazes e sistemáticos esforços de meio século.

Atrás dos portugueses lançam-se os espanhóis. Escolherão outra rota, pelo ocidente ao invés do oriente. Descobrirão a América, seguidos de perto pelos portugueses que também toparão com o novo continente. Virão, depois dos países peninsulares, os franceses, ingleses, holandeses, até dinamarqueses e suecos. A grande navegação oceânica estava aberta, e todos procuravam tirar partido dela. Só ficarão atrás aquêles que dominavam o antigo sistema comercial terrestre ou mediterrâneo, e cujas rotas iam passando para o segundo plano: mal situados, geográficamente, com relação às novas rotas, e presos a um passado que ainda pesava sobre êles, serão os retardatários da nova ordem. A Alemanha e a Itália passarão para um plano secundário ao par dos novos astros que se levantavam no horizonte: os países ibéricos, a Inglaterra, a França, a Holanda.

Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era a que se convencionou com razão chamar de "descobrimientos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa emprêsa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. Não têm outro caráter a exploração da costa africana e o descobrimento e colonização das Ilhas pelos portugueses, o roteiro das Índias, o descobrimento da América, a exploração e ocupação de seus vários setores. É êste último o capítulo que mais nos interessa aqui; mas não será, em sua essência, diferente dos outros. É sempre como traficantes que os vários povos da Europa

abordarão cada uma daquelas emprêsas que lhes proporcionarão sua iniciativa, seus esforços, o acaso e as circunstâncias do momento em que se achavam. Os portugueses traficarão na costa africana com marfim, ouro, escravos; na Índia irão buscar especiarias. Para concorrer com êles, os espanhóis, seguidos de perto pelos ingleses, franceses e demais, procurarão outro caminho para o Oriente; a América, com que toparam nesta pesquisa, não foi para êles, a princípio, senão um obstáculo oposto à realização de seus planos e que devia ser contornado. Todos os esforços se orientam então no sentido de encontrar uma passagem cuja existência se admitiu a priori. Os espanhóis, situados nas Antilhas desde o descobrimento de Colombo, exploram a parte central do continente: descobrirão o México; Balboa avistará o Pacífico; mas a passagem não será encontrada. Procura-se então mais para o sul: as viagens de Sólis, de que resultará a descoberta do Rio da Prata, não tiveram outro objetivo. Magalhães será seu continuador, e encontrará o estreito que conservou o seu nome e que constituiu afinal a famosa passagem tão procurada; mas ela se revelará pouco praticável e será desprezada. Enquanto isto se passava no sul, as pesquisas se ativam para o norte; a iniciativa cabe aqui aos ingleses, embora tomassem para isto o serviço de estrangeiros, pois não contavam ainda com pilotos nacionais bastante práticos para emprêsas de tamanho vulto. As primeiras pesquisas serão empreendidas pelos italianos João Cabôto e seu filho Sebastião. Os portugueses também figurarão nestas explorações do Extremo-Norte com os irmãos Côrte Real que descobrirão o Labrador. Os franceses encarregarão o florentino Verazzano de iguais objetivos. Outros mais se sucedem, e embora tudo isto servisse para explorar e tornar conhecido o novo mundo, firmando a sua posse pelos vários países da Europa, não se encontrava a almejada passagem que hoje sabemos não existir (2). Ainda em princípios do séc. XVII, a Virginia Company of London incluía entre seus principais objetivos o descobrimento da brecha para o Pacífico que se esperava encontrar no continente.

Tudo isto lança muita luz sôbre o espírito com que os povos da Europa abordam a América. A idéia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por estes territórios primitivos e vazios que formam a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. A idéia de ocupar, não

(2) Também se tentou, a partir de meados do séc. XVI, a passagem para o Oriente pelas regiões árticas da Europa e Ásia. A iniciativa cabe ao mesmo Sebastião Cabôto, que já encontramos na América, e mais uma vez a serviço dos ingleses (1553).

como se fizera até então em terras estranhas, apenas com agentes comerciais, funcionários e militares para a defesa, organizados em simples feitorias destinadas a mercadejar com os nativos e servir de articulação entre rotas marítimas e os territórios cobiçados, mas ocupar com povoamento efetivo, isto só surgiu como contingência, necessidade imposta por circunstâncias novas e imprevistas. Aliás nenhum povo da Europa estava em condições naquele momento de suportar sangrias na sua população, que no séc. XVI ainda não se refizera de todo das tremendas devastações da peste que assolara o continente nos dois séculos precedentes. Na falta de censos precisos, as melhores probabilidades indicam que em 1500 a população da Europa ocidental não ultrapassava a do milênio anterior.

feitorias | Nestas condições, "colonizar" ainda era entendido como aquilo que dantes se praticava; fala-se em colonização, mas o que o termo envolve não é mais que o estabelecimento de feitorias comerciais, como os italianos vinham de longa data praticando no Mediterrâneo, a Liga Hanseática no Báltico, mais recentemente os ingleses, holandeses e outros no Extremo-Norte da Europa e no Levante; como os portugueses fizeram na África e na Índia. Na América a situação se apresenta de forma inteiramente diversa: um território primitivo habitado por rala população indígena incapaz de fornecer qualquer coisa de realmente aproveitável. Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem, e organizar a produção dos gêneros que interessavam seu comércio. A idéia de povoar surge daí e só daí.

Aqui ainda Portugal foi um pioneiro. Seus primeiros passos neste terreno são nas ilhas do Atlântico, postos avançados, pela identidade de condições para os fins visados, do continente americano; e isto ainda no séc. XV. Era preciso povoar e organizar a produção: Portugal realizou êstes objetivos brilhantemente. Repetilo-á na América.

Os problemas do novo sistema de colonização, implicando a ocupação de territórios quase desertos e primitivos, terão feição variada, dependendo em cada caso das circunstâncias particulares com que se apresentam. A primeira delas será a natureza dos gêneros aproveitáveis que cada um daqueles territórios proporcionará. A princípio naturalmente, ninguém cogitará de outra coisa que produtos espontâneos, extrativos. É ainda quase o antigo sistema das feitorias puramente comerciais. Serão as madeiras de

construção ou tinturiais (como o pau-brasil entre nós), na maior parte dêles; também as peles de animais e a pesca no Extremo-Norte, como na Nova Inglaterra; a pesca será particularmente ativa nos bancos da Terra Nova, onde desde os primeiros anos do séc. XVI, possivelmente até antes, se reúnem ingleses, normandos, vasconhos. Os espanhóis serão os mais felizes: toparão desde logo nas áreas que lhes couberam com os metais preciosos, a prata e o ouro do México e do Peru. Mas os metais, incentivo e base suficiente para o sucesso de qualquer empresa colonizadora, não ocupam na formação da América senão um lugar relativamente pequeno. Impulsionarão o estabelecimento e ocupação das colônias espanholas citadas; mais tarde, já no séc. XVIII, intensificarão a colonização portuguesa da América do Sul e a levarão para o centro do continente. Mas é só (3). Os metais, que a imaginação escaldante dos primeiros exploradores pensava encontrar em qualquer território novo, esperança reforçada pelos prematuros descobrimentos castelhanos, não se revelaram tão disseminados como se esperava. Na maior extensão da América ficou-se a princípio exclusivamente nas madeiras, nas peles, na pesca; e a ocupação de territórios, seus progressos e flutuações subordinam-se por muito tempo ao maior ou menor sucesso daquelas atividades. Viria depois, em substituição, uma base econômica mais estável, mais ampla: seria a agricultura.

Não é meu intuito entrar aqui nos pormenores e vicissitudes da colonização européia na América. Mas podemos, e isto muito interessa nosso assunto, distinguir duas áreas diversas, além daquela em que se verificou a ocorrência de metais preciosos, em que a colonização toma rumos inteiramente diversos. São elas as que correspondem respectivamente às zonas temperada, de um lado, tropical e subtropical, do outro. A primeira, que compreende grosseiramente o território americano ao norte da Baía de Delaware (a outra extremidade temperada do continente, hoje países platinos e Chile, esperará muito tempo antes de tomar forma e significar alguma coisa), não ofereceu realmente nada de muito interessante, e permanecerá ainda por muito tempo adstrita à exploração de produtos espontâneos: madeiras, peles, pesca. Na Nova Inglaterra, nos primeiros anos da colonização, viam-se até com maus olhos quaisquer tentativas de agricultura que desviavam das feitorias de peles e pesca as atividades dos poucos colonos presentes. Se esta área temperada se povoou, o que aliás só ocorre depois do séc. XVII, foi por circunstâncias muito especiais. É a situação interna da Europa, em particular da Inglaterra, as suas lutas político-reli-

(3) Se excetuarmos, quase em nossos dias, o *rush* da Califórnia e do Alasca.

gias, que desviam para a América as atenções de populações que não se sentem à vontade e vão procurar ali abrigo e paz para suas convicções. Isto durará muito tempo; pode-se mesmo assimilar o fato, idêntico no fundo, a um processo que se prolongará, embora com intensidade variável, até os tempos modernos, o século passado. Virão para a América, puritanos e quakers da Inglaterra, huguenotes da França, mais tarde morávios, schwenkfelders, inspiracionistas e menonitas da Alemanha meridional e Suíça. Durante mais de dois séculos despejar-se-á na América todo o resíduo das lutas político-religiosas da Europa. É certo que se espalhará por tôdas as colônias; até no Brasil, tão afastado e por isso tanto mais ignorado, procurarão refugiar-se huguenotes franceses (França Antártica, no Rio de Janeiro.) Mas se concentrará quase inteiramente nas da zona temperada, de condições naturais mais afins às da Europa, e por isso preferidas para quem não buscava "fazer a América", mas unicamente abrigar-se dos vendavais políticos que varriam a Europa e reconstruir um lar desfeito ou ameaçado.

Há um fator econômico que também concorre na Europa para este tipo de emigração. É a transformação econômica sofrida pela Inglaterra no correr do séc. XVI, e que modifica profundamente o equilíbrio interno do país e a distribuição de sua população. Esta é deslocada em massa dos campos, que de cultivados se transformam em pastagens para carneiros cuja lã iria abastecer a nascente indústria têxtil inglesa. Constitui-se aí uma fonte de correntes migratórias que abandonam o campo e vão encontrar na América, que começa a ser conhecida, um largo centro de afluência. Também estes elementos escolherão de preferência, e por motivos similares, as colônias temperadas. Os que se dirigem mais para o sul, para as colônias incluídas na zona subtropical da América do Norte, porque nem sempre lhes foi dado escolher seu destino com conhecimento de causa, o farão apenas, no mais das vezes, provisoriamente; o maior número dêles refluirá mais tarde, e na medida do possível, para as colônias temperadas.

São assim circunstâncias especiais, que não têm relação direta com ambições de traficantes ou aventureiros, que promoverão a ocupação intensiva e o povoamento em larga escala da zona temperada da América. Circunstâncias aliás que surgem posteriormente ao descobrimento do novo continente, e que não se filiam à ordem geral e primitiva de acontecimentos que impelem os povos da Europa para o ultramar. Daí derivará também um novo tipo de colonização que tomará um caráter inteiramente apartado dos objetivos comerciais até então dominantes neste gênero de empresas. O que os colonos desta categoria têm em vista é construir um novo mundo, uma sociedade que lhes ofereça garantias que no continente de origem já não lhes são mais dadas. Seja

por motivos religiosos ou meramente econômicos (êstes impulsos aliás se entrelaçam e sobrepõem), a sua subsistência se tornara lá impossível ou muito difícil. Procuram então uma terra ao abrigo das agitações e transformações da Europa, de que são vítimas, para refazerem nela sua existência comprometida. O que resultará dêste povoamento, realizado com tal espírito e num meio físico muito aproximado do da Europa, será naturalmente uma sociedade que embora com caracteres próprios, terá semelhança pronunciada com a do continente de onde se origina. Será pouco mais que um simples prolongamento dêle.

Muito diversa é a história da área tropical e subtropical da América. Aqui a ocupação e o povoamento tomarão outro rumo. Em primeiro lugar, as condições naturais, tão diferentes do habitat de origem dos povos colonizadores, repelem o colono que vem como simples povoador, da categoria daquele que procura a zona temperada. Muito se tem exagerado a inadaptabilidade do branco aos trópicos, meia verdade apenas que os fatos têm demonstrado e redemonstrado falha em um sem-número de casos. O que há nela de acertado é uma falta de predisposição em raças formadas em climas mais frios e por isso afeiçoados a êles, em suportarem os trópicos e se comportarem similarmente nêles. Mas falta de predisposição apenas, que não é absoluta e se corrige, pelo menos em gerações subseqüentes, por um novo processo de adaptação. Contudo, se aquela afirmação, posta em termos absolutos, é falsa, não deixa de ser verdadeira no caso vertente, isto é, nas circunstâncias em que os primeiros povoadores vieram encontrar a América. São trópicos brutos e indevassados que se apresentam, uma natureza hostil e amesquinhadora do homem, semeada de obstáculos imprevisíveis sem conta para que o colono europeu não estava preparado e contra que não contava com defesas suficientes. Aliás a dificuldade do estabelecimento de europeus civilizados nestas terras americanas entregues ainda ao livre jôgo da natureza é comum também à zona temperada. Respondendo a teorias apressadas e muito em voga (são as contidas no livro famoso de Turner, *The frontier in American History*) um recente escritor norte-americano analisa êste fato com grande atenção, e mostra que a colonização inglesa na América, realizando-se embora numa zona temperada, só progrediu à custa de um processo de seleção de que resultou um tipo de pioneiro, o característico ianque, que dotado de aptidão e técnica particulares foi marchando na vanguarda e abrindo caminho para as levas mais recentes de colonos que afluíam da Europa (4). Se assim foi numa zona que, afora o fato

(4) Marcus Lee Hansen, *The immigrant in American History* — veja-se o capítulo *Immigration and Expansion*.

de estar indevassada, se aproxima tanto por suas condições naturais do meio europeu, que não seria dos trópicos?

Para estabelecer-se aí, o colono tinha de encontrar estímulos diferentes e mais fortes que os que o impelem para as zonas temperadas. De fato assim aconteceu, embora em circunstâncias especiais que por isso também particularizarão o tipo de colono branco dos trópicos. A diversidade de condições naturais em comparação com a Europa, que acabamos de ver como um empecilho ao povoamento, se revelaria por outro lado um forte estímulo. É que tais condições proporcionarão aos países da Europa a possibilidade da obtenção de gêneros que lá fazem falta. É gêneros de particular atrativo. Coloquemo-nos naquela Europa anterior ao séc. XVI, isolada dos trópicos só indireta e longinquamente acessíveis, e imaginemo-la, como de fato estava, privada quase inteiramente de produtos que se hoje, pela sua banalidade, parecem secundários, eram então prezados como requintes de luxo. Tome-se o caso do açúcar, que embora se cultivasse em pequena escala na Sicília, era artigo de grande raridade e muita procura; até nos enxovais de rainhas êle chegou a figurar como dote precioso e altamente prezado. A pimenta, importada do Oriente, constituiu durante séculos o principal ramo do comércio das repúblicas mercadoras italianas, e a grande e árdua rota das Índias não serviu muito tempo para outra coisa mais que abastecer dela a Europa. O tabaco, originário da América e por isso ignorado antes do descobrimento, não teria depois de conhecido menor importância. E não será êste também, mais tarde, o caso do anil, do arroz, do algodão e de tantos outros gêneros tropicais?

Isto nos dá a medida do que representariam os trópicos como atrativo para a fria Europa, situada tão longe dêles. A América lhe poria à disposição, em tratos imensos, territórios que só esperavam a iniciativa e o esforço do homem. É isto que estimulará a ocupação dos trópicos americanos. Mas trazendo êste agudo interesse, o colono europeu não traria com êle a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para êle.

Nesta base se realizaria uma primeira seleção entre os colonos que se dirigem respectivamente para um e outro setor do novo mundo: o temperado e os trópicos. Para êstes, o europeu só se dirige de livre e espontânea vontade quando pode ser um dirigente, quando dispõe de recursos e aptidões para isto; quando conta com outra gente que trabalhe para êle. Mais uma circunstância vem reforçar esta tendência e discriminação. É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizará em larga

escala, isto é, em grandes unidades produtoras — fazendas, engenhos, plantações (as plantations das colônias inglesas) —, que reúne cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedade. Voltarei em outro capítulo, com mais vagar, sobre as causas que determinaram este tipo de organização da produção tropical. A grande maioria dos colonos estava assim nos trópicos condenada a uma posição dependente e de baixo nível; ao trabalho em proveito de outros e unicamente para a subsistência própria de cada dia. Não era para isto, evidentemente, que se emigrava da Europa para a América. Assim mesmo, até que se adotasse universalmente nos trópicos americanos a mão-de-obra escrava de outras raças, indígenas do continente ou negros africanos importados, muitos colonos europeus tiveram de se sujeitar, embora a contragosto, àquela condição. Ávidos de partir para a América, ignorando muitas vezes seu destino certo, ou decididos a um sacrifício temporário, muitos partiram para se engajar nas plantações tropicais como simples trabalhadores. Isto ocorreu particularmente, e em grande escala, nas colônias inglesas: Virgínia, Maryland, Carolina. Em troca do transporte, vendiam seus serviços por um certo lapso de tempo. Outros partiram como deportados; também menores abandonados ou vendidos pelos pais ou tutores eram levados naquelas condições para a América a fim de servirem até a maioridade. É uma escravidão temporária que será substituída inteiramente, em meados do séc. XVII, pela definitiva de negros importados. Mas a maior parte daqueles colonos só esperava o momento oportuno para sair da condição que lhes fôra imposta; quando não conseguiam estabelecer-se como plantador e proprietário por conta própria — o que é a exceção naturalmente —, emigravam logo que possível para as colônias temperadas, onde ao menos tinham um gênero de vida mais afeiçoado a seus hábitos e maiores oportunidades de progresso. Situação de instabilidade do trabalho nas plantações do Sul que durará até adoção definitiva e geral do escravo africano. O colono europeu ficará então aí na única posição que lhe competia: de dirigente e grande proprietário rural.

Nas demais colônias tropicais, inclusive no Brasil, não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco. Isto porque nem a Espanha, nem Portugal, a quem pertencia a maioria delas, havia, como na Inglaterra, braços disponíveis e dispostos a emigrar a qualquer preço. Em Portugal, a população era tão insuficiente que a maior parte do seu território se achava ainda, em meados do séc. XVI, inculto e abandonado; faltavam braços por toda parte, e empregava-se em escala crescente mão-de-obra escrava, primeiro dos mou-

ros, tanto dos que tinham sobrado da antiga dominação árabe, como dos aprisionados nas guerras que Portugal levou desde princípios do séc. XV para seus domínios do norte da África; como depois, de negros africanos, que começam a afluir para o reino desde meados daquele século. Lá por volta de 1550, cêrca de 10% da população de Lisboa era constituída de escravos negros. Nada havia portanto que provocasse no Reino um êxodo da população; e é sabido como as expedições do Oriente depauperaram o país, datando de então, e atribuível em grande parte a esta causa, a precoce decadência lusitana.

Além disto, portugueses e espanhóis, particularmente êstes últimos, encontram nas suas colônias, indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores. Finalmente os portugueses tinham sido os precursores desta feição particular do mundo moderno: a escravidão de negros africanos; e dominavam os territórios que os forneciam. Adotaram-na por isso em sua colônia quase de início — possivelmente de início mesmo —, precedendo os ingleses, sempre imitadores retardatários, de quase um século (5).

Como se vê, as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nestas se constituirão colônias propriamente de povoamento (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, *De la colonisation chez les peuples modernes*) escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial que já vimos irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne à natureza pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aquêles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu con-

(5) Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros ao Brasil; há grandes probabilidades de terem vindo já na primeira expedição colonizadora em 1531. Na América do Norte, a primeira leva de escravos africanos foi introduzida por traficantes holandeses em Jamestown (Virgínia) em 1619.

junto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamantes; depois algodão e em seguida café para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fôssem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, se constituirá a colônia brasileira.

Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos séculos da formação brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do país. Particularmente na sua estrutura econômica. E se prolongará até nossos dias, em que apenas começamos a livrar-nos deste longo passado colonial. Tê-lo em vista é compreender o essencial da evolução econômica do Brasil que passo agora a analisar.

PRIMEIRAS ATIVIDADES. A EXTRAÇÃO DO "PAU-BRASIL"

DESDE OS últimos anos do séc. XV as costas brasileiras começam a ser freqüentadas por navegantes portugueses e espanhóis. Não interessa discutir aqui prioridades, o que muitos historiadores ocupados mais em procurar glórias nacionais que em escrever história verdadeira, já fizeram à saciedade; aliás sem maiores resultados. De início aquelas viagens eram apenas de exploração. Tratava-se no momento, como foi lembrado, de resolver um problema geográfico de grande importância: descobrir o caminho das Índias. Os portugueses tinham procurado a solução na rota do oriente, contornando a África; os espanhóis, partindo da premissa de que a terra era redonda, dirigem-se para o ocidente. Uns e outros topariam com a América: os espanhóis, porque ela se encontrava em seu caminho natural; e perlongando-a em busca da passagem que os levaria às Índias, tocariam as costas brasileiras. Os portugueses, por seu turno, arrastados pelos azares da navegação, e interessados em observar o que os espanhóis estavam realizando, afastar-se-ão da sua rota ao longo da África e também chegarão ali.

Descoberto assim o território que haveria de constituir o Brasil, não se tardou muito em procurar aproveitá-lo. As perspectivas não eram brilhantes. O famoso Américo Vespucci, que viajou como piloto alternadamente com espanhóis e portugueses, e que nos deu com suas cartas a primeira descrição do novo mundo, escreverá a respeito: "Pode-se dizer que não encontramos nada de proveito." E devia ser assim para aquêles navegantes-mercadores que se tinham lançado em arriscadas emprêsas marítimas unicamente na esperança de trazer para o comércio europeu as preciosas mercadorias do Oriente. Que interêsse tinha para êles uma terra parca-mente habitada por tribos nômade ainda na idade da pedra, e que nada de útil podiam oferecer? Assim mesmo, contudo, o espírito empreendedor daqueles aventureiros conseguiu encontrar algo que poderia satisfazer suas ambições. Espalhada por larga parte da costa brasileira, e com relativa densidade, observou-se uma espécie

vegetal semelhante a outra já conhecida no Oriente, e de que se extraía uma matéria corante empregada na tinturaria. Tratava-se do pau-brasil, mais tarde batizado cientificamente com o nome de *Caesalpinia echinata*. Os primeiros contactos com o território que hoje constitui o Brasil devem-se àquela madeira que se perpetuaria no nome do país.

São os portugueses que antes de quaisquer outros se ocuparam do assunto. Os espanhóis, embora tivessem concorrido com eles nas primeiras viagens de exploração, abandonarão o campo em respeito ao tratado de Tordesilhas (1494) e a bula papal que dividira o mundo a se descobrir por uma linha imaginária entre as corôas portuguesa e espanhola. O litoral brasileiro ficava na parte lusitana, e os espanhóis respeitaram seus direitos. O mesmo não se deu com os franceses, cujo rei (Francisco I) afirmaria desconhecer a cláusula do testamento de Adão que reservava o mundo unicamente a portugueses e espanhóis. Assim eles virão também, e a concorrência só se resolveria pelas armas.

Mas com ou sem direitos, o certo é que até quase meados do séc. XVI encontraremos portugueses e franceses traficando ativamente na costa brasileira com o pau-brasil. Era uma exploração rudimentar que não deixou traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira. Não se criaram estabelecimentos fixos e definitivos. Os traficantes se aproximavam da costa, escolhendo um ponto abrigado e próximo das matas onde se encontrava a essência procurada, e ali embarcavam a mercadoria que lhes era trazida pelos indígenas. É graças aliás à presença relativamente numerosa de tribos nativas no litoral brasileiro que foi possível dar à indústria um desenvolvimento apreciável. Só as tripulações dos navios que efetuavam o tráfico não dariam conta, a não ser de forma muito limitada, da árdua tarefa de cortar árvores de grande porte como o pau-brasil, que alcança um metro de diâmetro na base do tronco e 10 a 15 m. de altura, transportá-las até a praia e daí às embarcações. Não foi difícil obter que os indígenas trabalhassem; miçangas, tecidos e peças de vestuário, mais raramente canivetes, facas e outros pequenos objetos os enchiam de satisfação; e em troca desta quinquilharia de valor ínfimo para os traficantes, empregavam-se arduamente em servi-los. Para facilitar o serviço e apressar o trabalho, também se presenteavam os índios com ferramentas mais importantes e custosas: serras, machados. Assim mesmo, a margem de lucros era considerável, pois a madeira alcançava grandes preços na Europa. O negócio, sem comparar-se embora com os que se realizavam no Oriente, não era desprezível, e despertou bastante interesse.

Indiretamente, a exploração do pau-brasil deu origem a alguns estabelecimentos coloniais. A concorrência de franceses e portugueses, que se resolvia sempre em luta armada quando os contendores se deparavam uns com outros, o que acontecia frequentemente apesar da extensão da costa, levou ambas as facções a procurar fortificar certos trechos da costa mais ricos e proveitosos. Construíam para isto pequenos fortins onde se abrigavam em caso de ataque. Serviam igualmente para armazenar o pau-brasil à espera de transporte. Também se utilizavam para a defesa contra alguma tribo hostil de índios. Porque é de notar que embora êstes a princípio recebessem amigavelmente os europeus sem distinção de nacionalidade, não tardou que as rivalidades que dividiam os brancos os contaminassem. Separaram-se então em tribos aliadas respectivamente de portugueses e franceses, e cada parcialidade defendia contra a outra os interesses de seus amigos.

Tais estabelecimentos militares contudo não tiveram futuro. Eram guarnecidos unicamente quando os respectivos traficantes andavam recolhendo seus produtos, o que às vezes durava meses. Depois eram abandonados. De sorte que a exploração do pau-brasil, mesmo desta forma indireta, não serviu em nada para fixar qualquer núcleo de povoamento no país. Nem era de esperá-lo. Não havia interesse em localizar-se num ponto, quando a madeira procurada se espalhava aos azares da natureza e se esgotava rapidamente pelo corte intensivo. A indústria extrativa do pau-brasil tinha necessariamente de ser nômade; não era capaz por isso de dar origem a um povoamento regular e estável.

Não são muitos os dados que possuímos sôbre esta primeira forma de atividade econômica no Brasil. No que se relaciona com os portugueses, sabemos que a extração do pau-brasil foi desde o início considerado monopólio Real. Para dedicar-se a ela, tornava-se necessária uma concessão do soberano. Era êsse aliás o sistema empregado por Portugal com relação a tôdas as atividades comerciais ultramarinas. Assim foi com o comércio das especiarias na Índia, do ouro, marfim ou escravos na África, e agora com o pau-brasil na América. Tudo isto constituía privilégio da corôa, que cobrava direitos por sua exploração. A primeira concessão relativa ao pau-brasil data de 1501 e foi outorgada a um Fernando de Noronha (que deixou seu nome a uma ilha do Atlântico que hoje pertence ao Brasil), associado a vários mercadores israelitas. A concessão era exclusiva, e durou até 1504. Depois desta data, por motivos que não são conhecidos, não se concedeu mais a ninguém, com exclusividade, a exploração da madeira que passou a ser feita por vários traficantes.

Os franceses tiveram sempre uma política mais liberal que os portugueses. Embora conheçamos ainda menos de suas ativi-

dades, sabe-se que nunca instituíram monopólios ou privilégios Reais. O que se explica, porque era sem direito algum que traficavam na costa brasileira, concedida como ela estava ao Rei de Portugal pela autoridade do Papa então reconhecida universalmente entre povos cristãos. Não podia pois o soberano francês arrogar-se um direito que ninguém lhe reconhecia; e as atividades de seus súditos no Brasil representavam iniciativa puramente individual que o Rei aliás nunca endossou oficialmente.

Foi rápida a decadência da exploração do pau-brasil. Em alguns decênios esgotara-se o melhor das matas costeiras que continham a preciosa árvore, e o negócio perdeu seu interesse. Assim mesmo continuar-se-á a explorar esporadicamente o produto, sempre sob o regime do monopólio Real, realizando uma pequena exportação que durará até princípios do século passado. Mas não terá mais importância alguma apreciável, nem em termos absolutos, nem relativamente aos outros setores da economia brasileira. São êstes, que passaremos agora a analisar, que ocuparão, depois de 1530, o cenário econômico do país.